

Rolf Kemmler

A primeira gramática impressa na Ilha da Madeira:
*Os Principios de Grammatica Geral
applicados á Lingua Latina* (Funchal, 1835)

Resumen

Mais de meio século após a abolição e proibição (em 1759) da famosa gramática latina do ensino jesuítico *EMMANVELIS ALVARI È SOCIETATE IESV DE INSTITVTIONE GRAMMATICA LIBRI TRES* (1572) do madeirense Manuel Álvares (1526-1583), a realidade do ensino linguístico em Portugal em 1835 ainda estava dominada pela língua latina, continuando o português relegado para um segundo plano. Foi nesta perspetiva que chegou à luz uma gramática latina escrita em língua portuguesa por um conterrâneo de Álvares, o literato funchalense Marceliano Ribeiro de Mendonça (1805-1866), que viria a ser nomeado professor de latim do recém-criado sistema de ensino liceal (1836) na instituição hoje conhecida como Liceu Jaime Moniz. Como reflexo indireto de traços da *Grammaire générale* francesa em Portugal, os *Principios de Grammatica Geral applicados á Lingua Latina* denotam que Marceliano Ribeiro de Mendonça terá conhecido pelo menos os principais monumentos da produção gramatical latino-portuguesa da época. Por outro lado, é especialmente digno de nota o facto de tratar-se da primeira gramática impressa no arquipélago da Madeira, pois foi redigida e impressa numa época em que a imprensa ainda estava em fase de emancipação do continente. Como representante das gramáticas escolares da primeira metade do século XIX, a obra de Mendonça reúne aspetos inovadores e aspetos tradicionais da gramaticografia latina e portuguesa, merecendo, por isso, um lugar dentro da tradição gramatical latino-portuguesa.

Palabras clave: historiografia linguística, gramaticografia latino-portuguesa, gramática geral, gramática latina, Madeira, Funchal, Século XIX.

Abstract

More than half a century after the abolition and prohibition (in 1759) of the famous Latin grammar of Jesuit teaching, *EMMANVELIS ALVARI È SOCIETATE IESV DE INSTITVTIONE GRAMMATICA LIBRI TRES* (1572), by the Madeirense Manuel Alvarez (1526-1583), in 1835 the reality of language teaching in Portugal was still dominated by the Latin language, whilst the Portuguese language continued to be relegated to the background. It was in this context that a Latin grammar, written in Portuguese by Marceliano Ribeiro de Mendonça (1805-1866), a fellow countryman of Alvarez, came to light. Mendonça was a Funchal-born Latin language and philosophy teacher who would be appointed professor of Latin in the newly-created system of secondary education (1836), at the school now known as the *Liceu Jaime Moniz*. As an indirect reflection of traces of the French *Grammaire Générale* in Portugal, the *Principios de Grammatica Geral applicados á Lingua Latina* denote that Marceliano Ribeiro de Mendonça must have known at least the major

works of Latin-Portuguese grammar production of his time. On the other hand, the fact that it is the first grammar printed in Madeira is especially noteworthy, having been edited and printed there at a time when the press was still in the process of emancipation from the continent. As a representative of school grammars in the first half of the nineteenth century, Mendonça's work combines aspects of traditional and innovative Latin and Portuguese grammar, therefore deserving of a special place within the Latin and Portuguese grammar tradition.

Key words: Linguistic Historiography, Latin and Portuguese Grammar Tradition, General Grammar, Latin Grammar, Madeira, Funchal, 19th Century.

1. Introdução

Foi com justo orgulho que o Distrito do Funchal¹ da Região Autónoma da Madeira recordou, em 1972, o quinquagésimo aniversário da publicação da obra *EMMANVELIS ALVARI È SOCIETATE IESV DE INSTITVTIONE GRAMMATICA LIBRI TRES* (1572) através de uma edição fac-similada prefaciada pelo Doutor José Pereira e Costa.

No caso do manual de ensino jesuítico não se trata, porém, de uma gramática elaborada no arquipélago da Madeira, mas sim de uma gramática latina, elaborada pelo humanista madeirense Manuel Álvares (Ribeira Brava 1526–Évora 1583) que fora incumbido da tarefa de elaborar o manual destinado a ser utilizado em todas as escolas jesuíticas².

Uma vez que a obra do gramático jesuíta dominou todo o sistema de ensino linguístico até 1759, pouco admira que não tenha havido outras gramáticas de língua latina ou portuguesa impressas na Madeira³.

Neste contexto, é com a obra intitulada *Principios de Grammatica Geral applicados á Lingua Latina* (1835) que julgamos poder identificar a primeira publicação de uma obra gramatical.

¹ Então denominada como *JUNTA GERAL DO DISTRITO AUTÓNOMO DO FUNCHAL*.

² Sabe-se que esta obra, coeva d'*Os Lusíadas* (1572), passou a fazer parte integrante do currículo do ensino linguístico dos jesuítas com a *Ratio Studiorum* (1598), tendo sido sujeita a inúmeras edições e adaptações em todo o mundo. Para mais informações sobre a dimensão editorial e cultural da obra, veja-se Kemmler (2007, 14-7).

³ O sistema de controle e fiscalização da produção das oficinas tipográficas pelos organismos da censura em finais do Antigo Regime leva-nos a acreditar que não deverá ter havido oficinas tipográficas na Madeira, de forma semelhante ao que aconteceu no Brasil, onde, como se sabe, a imprensa somente chegou a ser instalada definitivamente aquando da chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808. Sem fornecer informações sobre a imprensa em geral, consta, segundo *Resenha* (1908, 1), que a imprensa periódica madeirense teve o seu início com *O Patriota Funchalense* (1821-1823), o que talvez permita relacionar os inícios da imprensa na Madeira com o Liberalismo.

2. O autor Marceliano Ribeiro de Mendonça (1805-1866)

No estudo de autores do passado, observa-se frequentemente que as fontes de informações biográficas nem sempre conseguem fornecer elementos fidedignos sobre os autores em questão. É este também o caso de Marceliano Ribeiro de Mendonça, pelo que primeiro iremos reproduzir os documentos de registo civil que testemunham a sua vida no Funchal, passando depois à exposição e à discussão das informações dos autores que lhe dedicaram artigos bio-bibliográficos.

2.1 O autor na literatura secundária

Considerando que a principal fonte de informações bio-bibliográficas de autores antigos, o *Diccionario Bibliographico Portuguez* de Inocêncio Francisco da Silva (1858-1958) fornece somente umas informações rudimentárias tanto na própria obra⁴ como no suplemento organizado por Venceslau Brito Aranha após a morte do gramático⁵, torna-se óbvio que temos que tomar em consideração as fontes regionais que demonstram estar mais bem informadas sobre o nosso autor. Assim, o *Elucidário Madeirense* apresenta o gramático na intimidade:

“Ribeiro de Mendonça (*Marceliano*). Marceliano Ribeiro de Mendonça, sem possuir cursos superiores ou universitários e sem ter saído do meio restrito em que sempre viveu, conseguiu pelas fulgurações do seu brilhante talento, pela sua vasta ilustração e pelo mais acendrado amor ao estudo, exercer entre nós uma verdadeira supremacia intelectual, que jamais alguém pensou em contestar-lhe.

⁴ *Veja-se* Silva (1870, VI, 26-127) que também esclarece a origem das suas dificuldades de fornecer mais informações sobre o autor: “MARCELLIANO RIBEIRO DE MENDONÇA, Cavalleiro da Ordem de N. S. da Conceição, Reitor do Lycêo nacional do Funchal, e Commissario dos Estudos no mesmo districto, etc. - Nada sei da sua naturalidade, nascimento, etc. Foi-me até agora invencivel a difficuldade de haver as precisas noticias, concernentes tanto a este como a outros escriptores contemporaneos naturaes, ou residentes na ilha da Madeira, onde, ao que devo suppor, não é ainda conhecido o *Diccionario Bibliographico*. - E.”

⁵ *Veja-se* Silva (1893, XVI, 343): “MARCELLIANO RIBEIRO DE MENDONÇA (v. *Dicc.*, tomo VI, pag. 126). Era natural do Funchal, nasceu em 1805. Professor de philosophia e depois reitor no lyceu da mesma cidade; secretario geral do governo civil, presidente da camara municipal, commissario dos estudos, cavalleiro da ordem do Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, etc. M. por 1866”.

Estas informações biográficas encontram-se retomadas sem alterações consideráveis em GEDB (s.d., 16, 908): “MENDONÇA (Marceliano Ribeiro de). Professor liceal, n. no Funchal em 1805, onde tambem m. em 1866. Foi professor de Filosofia no liceu do Funchal, que dirigiu como reitor, commissário de estudos na Madeira, secretário geral do governo civil e presidente do município local. Era cavaleiro da Ordem de N.ª S.ª da Conceição”.

Nasceu nesta cidade a 18 de Abril de 1805, e era filho de Jerónimo Ribeiro dos Santos e de D. Juliana Rita de Mendonça.

Tinha concluído o curso secundário ou as aulas do Pátio, como então se dizia, quando D. Miguel se proclamou rei absoluto e enviou à Madeira a célebre e ominosa devassa, que nas suas malhas envolveu tantos madeirenses, obrigando muitos deles à expatriação ou ao homi-zio. Marceliano Ribeiro procurou asilo seguro em casa dum súbdito britânico e ali se con-servou homiziado seis longos anos, até que em Junho de 1834 se implantou o governo cons-titucional neste arquipélago.

Nesse triste e forçado retiro, que o nosso biografado tão bem soube aproveitar, adquiriu ele o habito perseverante do estudo, que conservou até a morte, e foi sobretudo ali que enriqueceu a sua brilhante inteligência com a notável ilustração que chegou a possuir. As suas predilecções literárias e científicas levaram-no para o estudo das línguas portuguesa e latina, em que foi mestre consumado, e para os estudos filosóficos, em que se revelou um es-pírito superior. São disso prova sobeja os elementos de gramática latina que publicou em 1835 e os elementos de filosofia que escreveu para uso dos seus alunos.

Marceliano Ribeiro notabilizou-se principalmente como professor, tendo como tal adqui-rido uma grande reputação em todo o país. Além das suas maneiras cativantes e trato extre-mamente afável, que logo ganhavam a simpatia do aluno, possuía o raro condão de saber ensinar, tendo uma exposição fácil e clara, a que dava um grande brilho e relevo o tom de convicção com que falava e o entusiasmo que comunicava às suas palavras. Sendo um dis-cursador inominável e conhecendo profundamente as matérias que preleccionava, os seus discípulos não se cansavam nunca de ouvi-lo, extasiados a vista da beleza da forma e da altura dos conceitos. Foi professor das aulas do antigo Pátio, e, quando em 1836 se criou o Liceu do Funchal, fez parte do corpo docente do novo estabelecimento de instrução, ensinando as línguas portuguesa e latina, e regendo depois a cadeira de filosofia.

Nomeado reitor do Liceu e comissário dos estudos, evidenciou-se notavelmente no desempenho destes cargos, sobretudo pelo impulso dado ao derramamento da instrução primária, pelos novos métodos de ensino que introduziu e ainda pelo escrupuloso cuidado com que procedia à selecção dos professores. Os seus relatórios nesta especialidade são verdadeiramente modelares, tendo alguns sido publicados na revista científica O Instituto. Para estimular os professores primários no exercício do seu ministério, criou uma ‘Associação de Conferencias’, em que se versavam os assuntos que mais de perto interessavam à instrução popular. Pelo muito zelo e dedicação que desenvolveu no alargamento do ensino primário, pode sem dúvida afirmar-se que foi ele o primeiro que neste arquipélago verdadeiramente se interessou pela instrução popular, bastando este facto para tornar abençoada entre nós a sua memória.

Marceliano Ribeiro era orador eloquente e de aprimorada linguagem, destacando-se en-tre os seus discursos as orações de sapiência proferidas na abertura solene do Liceu e as con-ferencias públicas que fêz sobre o ‘belo’.

Exerceu entre nós os cargos de presidente da Câmara do Funchal, secretário geral do Go-verno Civil, reitor e professor do Liceu, comissário dos estudos, vogal do conselho de dis-trito, além doutras comissões de serviço público.

Teve uma larga e valiosa colaboração em muitos periódicos madeirenses e deixou al-gumas obras manuscritas, publicando os Principios de gramática geral aplicados á lingua la-tina, a Filosofia em Coimbra e no Funchal, o Método paralelo de leitura e escrita e o romance histórico Gaspar Borges, além dos seus importantes relatórios.

Faleceu no Funchal, a 5 de Agosto de 1866, tendo 61 anos de idade” (Silva & Menezes 1978, III, 372).

É obviamente com base noutras fontes que encontramos informações ora complementares, ora contrárias nas *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira* do Visconde do Porto da Cruz:

“*Marceliano Ribeiro de Mendonça* – nasceu no Funchal em 18 de Abril de 1805 e aos 16 anos já partilhava nas atividades revolucionárias e tanto se evidenciou que em 1821 tinha de pedir asilo a um súbdito britânico no Funchal, para evitar a prisão e o degredo. Em casa deste britânico se conservou escondido até 1834. Durante os anos que esteve em “cativeiro voluntário” instruiu-se e assim conseguiu uma valiosa bagagem intelectual.

Diz o Dr. Rodrigues de Azevedo que “era um talento lúcido, de exposição metódica e viva, de estilo ornado e expressivo, claro, correcto e puro, mestre no manejo da língua; juntava a estes dotes profundo amor pelas letras”. O *Elucidário Madeirense*, embora seja uma das fontes de informação menos perfeitas, menciona que “sem ter saído do meio restrito em que Viveu, conseguiu pelas fulgurações do seu brilhante talento, pela sua Vasta ilustração e pelo mais a cendrado amor ao estudo, exercer entre nós uma verdadeira supremacia intelectual que jamais alguém pensou em contestar-lhe”.

Em 1835 publicou “*Princípios de Gramática Geral aplicados à língua latina*”. Em 1752 trazia a público “*A Filosofia em Coimbra e no Funchal*”. O seu estilo era naturalmente elegante e os conceitos a levantados. Foi escolhido em 1838 para Reitor do Liceu do Funchal.

O Instituto de Coimbra publicou alguns dos seus relatórios, considerando-os com peças literárias de valor.

Foi iniciativa sua a “*Associação de Conferências*” para instrução popular. Como orador era primoroso e eloquente. Teve larga colaboração na imprensa. Além dos seus livros de estudo publicou também um romance histórico “*Gaspar Borges*”.

No tomo VIII do “*Instituto*” de Coimbra Vem publicado um trabalho de Ribeiro de Mendonça: “*Método paralelo de leitura e escrita*”. Desenvolveu com a sua inteligência e a sua iniciativa uma atividade educadora e de cultura literária no meio madeirense de que os benéficos efeitos se prolongaram muito além da sua morte, em 5 de Agosto de 1866” (Branco, s.d., [XXXVIII]-[XXXIX]).

Parece-nos que os dois trechos juntos nos fornecem uma imagem bastante completa sobre o gramático. Ora, se bem que coincidam as datas de nascimento e de óbito, o mesmo não se pode dizer sobre o período entre 1821 e 1834. Dado que ambos os trechos o relacionam com as lutas dos constitucionalistas liberais contra o golpe de estado de D. Miguel, julgamos lógico que o período em que o jovem Marceliano Ribeiro de Mendonça teve de recorrer ao asilo deverá ser localizado entre agosto de 1823⁶ e junho de 1834⁷.

⁶ Silva & Menezes (1978, I, 64) fornece as seguintes informações sobre o sucedido: “Em Junho de 1823 foram dissolvidas as cortes, derogada a Constituição e restabelecido o governo absoluto. No dia 26 de Agosto de 1823, chegou á Madeira a fragata de guerra Amazonas, conduzindo o novo governador deste arquipélago D. Manuel de Portugal e Castro, que era acompanhado pelo regimento de infantaria n.º 7, por um destacamento de artilharia e por uma alçada composta de seis magistrados, a qual vinha sindicar dos actos das pessoas que se tinham mostrado desafectas ao governo absoluto e aderido ao governo constitucional [...]”.

Tendo aproveitado os anos para aprofundar os seus estudos nas humanidades Mendonça aparentemente chegou a lecionar nas *Aulas do Pátio*⁸, pois tinha sido nomeado professor de Gramática Latina por portaria de 29 de fevereiro de 1836 (RGM 1836)⁹, passando a integrar os quadros do Liceu Nacional do Funchal (fundado em 12 de setembro de 1836 na sequência da iniciativa de Passos Manuel 1836; hoje Liceu Jaime Moniz):

“O decreto de 17 de Novembro de 1836 estabeleceu um liceu na capital de cada distrito do Continente e Ilhas Adjacentes, onde seriam professadas dez cadeiras ou disciplinas, dando por terminado o exercício das aulas que funcionavam antes dispersamente pelo país.

Ao governador deste arquipélago Antonio de Gamboa e Liz, foi ordenado que desse execução ao decreto e promovesse a criação do liceu nesta cidade. O edifício escolhido foi o das antigas Aulas do Pátio, reunindo o primeiro conselho dos professores e instalando-se o novo estabelecimento de instrução no dia 12 de Setembro de 1837. A sua abertura, que

Na larga devassa a que procederam, foi envolvido um numero considerável de pessoas, tendo o medo avassalado o espírito publico e receando muitos uma severa condenação. Depuseram muitas dezenas de testemunhas, formando-se um longo e volumoso processo. A sentença foi proferida a 26 de Outubro, sendo condenado 24 indivíduos, na sua quasi totalidade pertencentes ás classes mais categorizadas da sociedade madeirense. Foram aplicadas várias penas, salientando-se os castigos de degredo e de desterro para as nossas possessões ultramarinas”.

Resultante da Alçada de 1823, a *Sentença* (1823) lê-se como um verdadeiro “Who is Who” da sociedade madeirense. Foram sentenciado pessoas que desempenhavam cargos na justiça, na igreja e na administração, sendo todas relacionadas com os Pedreiros Livres. O nome de Marceliano Ribeiro de Mendonça não se encontra mencionado na sentença.

⁷ Recorde-se que D. Miguel I abdicou através da Convenção de Évora-Monte em 26 de Maio de 1834.

⁸ *Veja-se* Sousa (2007, 18): “O Liceu ficou instalado no mesmo local onde funcionavam as 'Aulas do Pátio'; que tinham sido decretadas em 1772 pelo Marquês de Pombal e que constavam de 3 aulas de latim, uma de grego, outra de retórica e outra de filosofia. O local era uma dependência do Colégio dos Jesuítas, na rua dos Ferreiros, onde hoje é uma loja e armazém de vinhos. Situava-se num rés do chão e tinha apenas três salas, apesar de o Art.º 590 do Decreto de 17 de Novembro de 1836, determinar que 'Os Liceus serão estabelecidos em edificios públicos, bem situados e saudáveis, e quanto puder ser apropriados à boa ordem e economia das aulas”.

⁹ Dado que não chegámos a ver a própria portaria de nomeação, somente podemos basear as nossas afirmações na referência das Mercês no site ttonline.dgarq.gov.pt (RGM 1836) que informa que Mendonça terá recebido um salário de 18\$000, o que, para todos os efeitos, era pouco. No seu estudo sobre o ensino no século XVIII Adão (1997, 288-9) esclarece que “nas principais cabeças de comarca, um professor de Gramática Grega recebia 252\$000 rs., um professor de Gramática Latina 216\$000 rs. e um mestre 54\$000. Nas outras localidades, um professor de Gramática Latina ganhava 90\$000 rs. e um mestre apenas 36\$000 rs.”. Isto quer dizer que devemos considerar o valor de 18\$000 como vencimento mensal, o que nos faz considerar um salário anual de 216\$000 rs., o que era perfeitamente normal para uma cabeça de comarca como o Funchal. Sobre a situação financeira dos professores *veja-se* também Kemmler (2007, 99-102).

revestiu grande solenidade, realizou-se a 10 de Outubro seguinte e neste mesmo dia começou o regular funcionamento das aulas.

OS PRIMEIROS PROFESSORES NOMEADOS PROVISORIAMENTE, QUE ALI REGERAM CADEIRAS, FORAM O DR. MANUEL Joaquim Moniz, que serviu de reitor interino, o Dr. João de Freitas e Almeida, Marceliano Ribeiro de Mendonça e Alexandre Luis da Cunha, passando todos á efectividade por decreto de 17 de Setembro de 1838. Por decreto da mesma data, foi o Dr. Lourenço José Moniz nomeado professor proprietário e reitor efectivo do nosso liceu. Francisco de Andrade começou a reger uma cadeira, como professor provisório, em princípios do ano lectivo de 1838, sendo promovido á efectividade a 19 de Novembro do mesmo ano” (Silva & Menezes 1978, II, 515).

Se bem que o Visconde do Porto da Cruz não pareça dar muita credibilidade o *Elucidário Madeirense*, este trecho evidencia ser errada a indicação de 1838 como nomeação de Mendonça como Reitor do Liceu do Funchal. Na verdade, o liceu foi dirigido primeiro por dr. Manuel Joaquim Moniz como reitor interino (1837-1838), sendo o primeiro reitor ordinário o dr. Lourenço José Moniz (1838-1850). Marceliano Ribeiro de Mendonça somente chegou a exercer o cargo de reitor desde 1850 até sua morte, em 1866¹⁰. Por inerência do cargo de reitor do Liceu do Funchal, detinha também o importante cargo de *Comissário dos Estudos do Distrito Administrativo do Funchal*¹¹. A dedicação e o zelo com que Mendonça se dedicou a estes cargos fica testemunhada no artigo de Sousa (1855) que relata a criação da *Associação de conferencias* (1854), uma série de publicações destinadas a todos os professores que se dedicavam ao ensino primário na Madeira¹².

Devido à sua atividade autorial multifacetada, Mendonça chegou a ser sócio correspondente da *Classe de Litteratura, Bellas Lettras e Artes* do conceituado *Instituto de Coimbra* (fundado em 1852), conforme testemunha a *Relação* (1855,

¹⁰ O seu sucessor foi Francisco de Andrade (1806-1881), autor da obra *Principios de grammatica portugueza* (1844). *Veja-se* Silva & Menezes (1978, I, 134-5).

¹¹ É logo no início da “Instrucções para os commissarios dos estudos” que CSIP (1855, 146) informa sobre as principais incumbências dos detentores deste cargo: “Art. 1.º As attribuições dos commissarios dos estudos acham-se principalmente indicadas nos artigos 78 e 161 do decreto de 20 de setembro de 1844, e podem reduzir-se ás funcções de reitores dos lyceus, e á vigilancia e direcção das eschololas de ensino primario e secundario com subordinação ao conselho superior de instrucção publica”. No sentido destas instrucções, o reitor do liceu do Funchal era responsável não só pela sua escola, mas também por todas as escolas no seu distrito escolar em todos os respeitos, inclusive o exame e a admissão de novos professores (*veja-se* Art.º 3.º em CSIP 1855, 147).

¹² É de maneira muito enfática que Sousa (1855, 274) comenta as atividades de Mendonça: “Eis aqui como o digno commissario dos estudos no Funchal tem sabido comprehender bem a sua missão, aconselhando e dirigindo os professores em todos os objectos de que mais particularmente depende o aproveitamento dos alumnos, o aperfeiçoamento do ensino e o credito das eschololas”.

243): “Marcelliano Ribeiro de Mendonça, *no Funchal*”¹³. Além disso, sabe-se que Mendonça foi Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa¹⁴.

2.2 Documentos do Registo Civil

Todas as fontes biográficas assentam no facto de Marceliano Ribeiro de Mendonça ter nascido no Funchal em 18 de abril de 1805, tendo falecido em 5 de agosto de 1866. Quanto à restante vida familiar, a pesquisa em Geneall.net (s. d.) informa que casou com Margarida de Úzel em 1835 e que o casal teve como filho Luis Alexandre Ribeiro de Mendonça, 1.º barão de Uzel (1839-1903)¹⁵.

2.2.1 O Assento de nascimento de 28 de junho de 1805

É no assento de batismo que encontramos as seguintes informações sobre o nosso autor¹⁶:

“Em os vinte, e oito dias do mes de Junho, do anno de mil, oito centos, e cinco, o Reverendo Doutor Jacinto Manuel Borges de Bettancourt, Conego nesta Sé, e Provizor deste Bispado, prezente eu, fes os exorcismos, baptizou, e pos os Santos Oleos a Marciliano, que nasceo no dia dezoito deste prezente mes, filho Legitimo de Jeronimo Ribeiro dos Santos, natural de

¹³ Note-se que as normas de pertença ao *Instituto de Coimbra* eram bastante rígidas como informa *Relação* (1855, 241): “São *unicamente* considerados socios *correspondentes*, os que teem satisfeito ás seguintes disposições dos Estatutos.

Art. 13 Aos correspondentes incumbe

1.º Dar conta ao *annualmente* ao Instituto dos trabalhos scientificos, litterarios e artisticos que houverem feito.

2.º Remetter no fim de cada *dois* annos uma memoria original para ser publicada pelo Instituto.

Art. 15. Deixarão de pertencer ao Instituto os socios, que faltarem ás disposições d'estes Estatutos”.

¹⁴ CONSCVV (s.d.) informa que Marceliano Ribeiro de Mendonça terá sido o 1900.º cavaleiro desta ordem militar instituída por D. João VI em 1818. A referida base de dados genealógicos retirou estas informações sobre a ordem do livro de Fonseca (1955) a que infelizmente não tivemos acesso.

¹⁵ Conservaremos a grafia e a disposição originais do texto. Serão desdobradas quaisquer abreviaturas mediante o uso do tipo itálico. Além disso, serão desfeitos os nexos entre conjunções, preposições e outras palavras que se observam tão frequente como irregularmente no texto manuscrito. As nossas anotações serão postas em parênteses rectos.

¹⁶ A anotação à margem esquerda contém o seguinte resumo do assento: “Marciliano / Filho de Jeronimo / Ribeiro dos Santos / e de Juliana Rita / de Mendonça”.

Monte Santo, *freguezia* da Ajuda da Corte de Lisboa, e de Sua mulher Julianna Ritta de Mendonça, natural desta Sé: Foi Padrinho o *Padre Luis Pedro Marques de Mendonça*, e *Madrinha* Anna Cecilia de Mendonça, por seo Procurador o *reverendissimo Conego* Meio Prebendado Manuel de Deos Figueira; de que fiz este termo, que comigo assignaraõ.

O Conego Provisor Jacinto Manoel Borges de Bettancourt

O *Padre Luis Pedro Marques de Mendonça*

O Conego Manoel de Deos Figueira

O *Cura Reverendo Jozé Manoel da Veiga*” (1805, junho 21).

Desta maneira, o assento de nascimento confirma alguns dos elementos das fontes secundárias, mas fornece outros elementos novos que obrigam a refazer a biografia do nosso autor¹⁷. Assim, fica manifesto que Marceliano Ribeiro de Mendonça nasceu aos 18 de junho de 1805 e não aos 18 de abril de 1805 como tinham informado Silva & Menezes (1978) e Branco (s.d.), tendo para além disso sido batizado com o nome graficamente divergente de ‘Marciliano’. Para além do que já se sabia, informa o assento que o pai Jerónimo Ribeiro dos Santos era natural da capital, pois vinha de Monte Santo (ou Monsanto) na freguesia da Ajuda. Não se pode excluir a possibilidade de o padrinho Luís Pedro Marques de Mendonça e a madrinha Ana Cecilia de Mendonça terem sido familiares (também madeirenses) da mãe Juliana Rita de Mendonça.

2.2.2 O assento de casamento de 28 de fevereiro de 1835

O assento de casamento reza o seguinte¹⁸:

“Em os vinte oito dias do mez de Fevereiro de mil oito centos trinta e sinco annos, eu abaixo assignado Vigario Encomendado, [rasura ilegível] desta Parochial Igreja de Santa Luzia do Funchal na Capella e São Gregorio por Despacho do Ill.^{mo} e Reverendissimo Governador e Vigario Capitular deste Bispado, que me foi appresentado, e Dispençados nos Proclamas, assisti do Matrimonio, que entre si Contrahio Marceliano Ribeiro de Mendonça, filho legitimo de Jeronimo Ribeiro dos Santos, natural da freguezia de Ajuda, Cidade de Lisboa, e de Julianna Ritta de Mendonça, natural da freguezia da Sé desta Cidade, como tambem o contrahente; Com D. Margarida Augusta Uzel filha legitima do Manjor Joaõ Chrisostimo Ferreira Uzel, naturaes da freguezia de S. Pedro, e de D. Maria Candida Uzel, natural da freguezia de Santa Maria Maior do Calhau: Receberaõ as Bençaõs Matrimoniaes, e foraõ

¹⁷ Para além disso, torna-se óbvio que a parte materna da família de Marceliano Ribeiro de Mendonça deve ter tido algum peso na sociedade Funchalense de então, se olharmos para o número e a categoria dos religiosos intervenientes no batismo, constando normalmente apenas as assinaturas do pároco (ou cura) e do padrinho.

¹⁸ A anotação à margem direita contém o seguinte resumo do assento: “Marcelia- / no Ribei- / ro de Men- / donça e D. / Margarida / Augusta”.

testemunhas presentes alem de outras Ricardo Malheiro de Mello e Daniel Justiniano Ferreira Pestana; de que fiz este termo e comigo assignaraõ.

O Vigario Joaquim Antonio Portuguez
Ricardo Malheiro de Mello
Daniel Justiniano Ferreira Pestana” (1835, fevereiro 28).

Restaurado o governo liberal em Portugal, o nosso autor casou com D. Maria Cândida Uzel, filha do Major João Crisóstomo Ferreira Uzel e da sua mulher Maria Candida Uzel. No que respeita às testemunhas de casamento, nada sabemos sobre Ricardo Malheiro de Melo. Quanto a Daniel Justiniano Ferreira Pestana, consta que tinha sido ‘official da junta da fazenda’, encontrando-se preso na Fortaleza do Pico em 1828 por ocasião das represálias contra os insurgentes liberais, como informa a relação em *Cortes* (1888, 257)¹⁹.

2.2.3 O assento de óbito de 5 de agosto de 1866

O assento de óbito fornece as seguintes informações sobre a morte do gramático²⁰:

“Aos cinco dias do mez d'Agosto do anno de mil oito centos secenta e seis, ás onze horas da noite, na casa da sua residencia temporaria, no caminho do Monte, freguezia de Santa Luzia, Concelho e Diocese do Funchal, falleceu, tendo recebido os Sacramentos da Santa Madre Egreja, um individuo do sexo masculino por nome Marcelliano Ribeiro de Mendonça d'idade secenta e um annos, parochiano desta freguezia de saõ Pedro, cazado com Dona Margarida Uzel Ribeiro, Commissario dos Estudos, Reitor e Professor proprietario de Philosophia no Lyceu desta Cidade, natural da freguesia da Sé, filho legitimo de Jeronimo Ribeiro dos Santos, natural de Portugal; e de Dona Julianna Ritta de Mendonça, natural da freguesia da Sé desta Cidade; naõ fez testamento, e deixou um filho: foi sepultado no Cemiterio Publico desta Cidade. E para constar lavrei em duplicado este assento que assignei Era ut supra.

O Conego Vigario Gregorio Joaõ Moniz” (1866, agosto 5).

Para além de fornecer informações exatas sobre o lugar de óbito, nomeadamente no Caminho do Monte da freguesia de Santa Luzia, o assento confirma os dados anteriormente mencionados. Sem referir o nome, menciona-se a existência do

¹⁹ Restabelecido o Governo Constitucional, Daniel Justiniano Ferreira Pestana parece ter retomado o seu emprego na administração das Finanças, uma vez que consta ter sido nomeado Guarda dos Armazéns da Alfândega da cidade do Funchal em 5 de fevereiro de 1838 (RGM 1838) e Porteiro da Alfândega do Funchal em 9 de maio de 1843 (RGM 1843).

²⁰ A anotação à margem esquerda contém o seguinte resumo do assento: “Marceliano / Ribeiro de Mendonça / cazado 61 anos”.

filho Luis Alexandre Ribeiro de Mendonça que, aliás, já tinha 27 anos na data do falecimento do pai.

2.3 A atividade autorial de Marceliano Ribeiro de Mendonça

Para além da gramática latino-portuguesa intitulada *Principios de Grammatica Geral applicados á Lingua Latina* (1835), o nosso autor ainda serviu de co-autor a uma *Grammatica prática de portuguez e inglez* (1859)²¹ e publicou vários relatórios e um opusculo de relacionados com o cargo de *Comissário dos Estudos do Distrito Administrativo do Funchal*²². Também pertence a esta área temática o artigo *Methodo do ensino paralelo da escripta e leitura* (Mendonça 1859b) que deverá ser encarado como reflexo da polémica acerca do *Método português de Castilho*²³. No que respeita ao campo da filosofia, consta que Marceliano Ribeiro de Mendonça escreveu uns *Elementos de Philosophia racional e moral* que

²¹ A primeira edição desta gramática bilingue foi publicada em Lisboa como publicação da responsabilidade de D'Orsey / Mendonça (1859). Seguiu-se a primeira edição inglesa no ano seguinte, aliás sem qualquer referência ao professor madeirense, como testemunha D'Orsey (1860, v): “The first edition, compiled in Madeira in 1852, was printed in *Lisbon*. This, the first *London* edition, is greatly improved and enlarged”. Parece, no entanto, que fica por ser realizado o confronto da primeira edição portuguesa com as edições posteriores realizadas em Londres.

²² Os relatórios relativos aos anos de 1855 até 1857 foram publicados na revista *O Instituto* (veja-se Mendonça 1856a, 1857, 1858, 1859a). O opúsculo correspondente a esta atividade intitulado *Regulamento interno das escholhas d'ensino simultaneo do districto do Funchal, provisoriamente estabelecido por provimento do respectivo Commissario dos Estudos Marcelliano Ribeiro de Mendonça* foi publicado no Funchal em 1859. Os relatórios foram elaborados em conformidade com o Art 6.º §§ 1 até 7 das “Instrucções para os commissarios dos estudos” (CSIP 1855, 147). Uma vez que o texto legal não previa a publicação destes relatórios que meramente deveriam ser apresentados ao Conselho Superior de Instrução Pública, esta divulgação dos relatórios de Mendonça deverá ser considerada como espelho do grau de elaboração e da qualidade geral destes textos.

²³ Veja-se Ferreira (2010). No capítulo relativo aos métodos do ensino do relatório anual de 1854-1855, o Conselho Superior de Instrução Pública faz a seguinte observação sobre o método proposto por Mendonça: “Aparece agora outro methodo d'ensinar a ler e escrever, proposto pelo commissario d'estudos do Funchal, que parece ao conselho muito engenhoso, filho de muito estudo e seria observação, assim da marcha no desenvolvimento do espirito humano, como dos methodos d'ensino até agora seguidos. O conselho aguarda as tabellas prácticas d'este methodo para o fazer ensaiar convenientemente e appresentar os seus resultados”. Não sabemos se este estudo alguma vez foi levado a cabo, mas a história ensina que o método de Castilho tenha prevalecido, pelo menos durante uns anos.

aparentemente ficaram inéditos²⁴. Finalmente, o nosso gramático ainda publicou um romance histórico que poderá ser encontrado num jornal madeirense²⁵:

“2850) *Gaspar Borges. Romance historico.*—Parte d'este livro, fragmento de uma chronica madeirense, saíu em um periodico do Funchal” (Silva 1893, XVI, 343).

3 *Os Principios de Grammatica Geral applicados á Lingua Latina*

A seguir, faremos uma breve análise das definições mais essenciais da obra, nomeadamente as que dizem respeito às partes da gramática, a divisão das partes da oração, bem como as partes da oração e as subclasses mencionadas pelo autor

3.1 A primeira gramática impressa na Madeira

Para se estabelecer a primazia da gramaticografia madeirense, é indispensável analisar as informações fornecidas nas principais obras de referências bibliográficas, quer sejam de cariz geral, historiográfico-linguístico ou regional.

Uma consulta do *Diccionario Bibliographico Portuguez* de Inocêncio Francisco da Silva (1858-1958) não fornece nenhuma informação sobre qualquer gramática publicada no Funchal anteriormente a 1835²⁶, sendo a obra de Mendonça referenciada da seguinte maneira:

“1383) Principios de grammatica geral applicados á lingua latina. Funchal, na Offic. de T. S. Drummond 1835. 8.º de 81 pag. - Sahiu com as iniciaes M. R. M., segundo me informa o sr. dr. Pereira Caldas, a quem devo a noticia d'esta obra que não pude ver, e da qual elle me fala com rasgados elogios”.

²⁴ *Veja-se* a referência em Silva (1870, VI, 126-7) que remete para o artigo de Moniz (1860, 60-1). Aparentemente, nada se sabe sobre o paradeiro do manuscrito. Note-se que a última publicação que pode ser atribuída ao nosso autor na revista *O Instituto* (Mendonça 1861) trata da filosofia contemporânea. Não conseguimos localizar a obra *A Filosofia em Coimbra e no Funchal* (1852) mencionada pelas fontes madeirenses.

²⁵ Os biógrafos levam a crer que Mendonça também tenha chegado a publicar muitos textos nos periódicos madeirenses. Dado que julgamos tratar-se de publicações de menor extensão, cremos ser justificada a sua omissão neste breve esboço bio-bibliográfico.

²⁶ A outra gramática mencionada por Silva (1859, II, 334) é a seguinte obra que foi publicada nove anos depois: “448) *Principios de Grammatica Portugueza, coordenados por F. de Andrade Junior.* Funchal, Typ. Nacional 1844. 4.º De IV-296 pag.”.

Na Historiografia gramatical de Simão Cardoso (1994) esta ausência encontra-se corroborada. Também nesta valiosa recolha bibliográfica, a gramática madeirense mais antiga que se pode localizar é a de Mendonça (1835)²⁷. Sem fornecer outra lição, o capítulo “Linguística” do Catálogo de Assuntos de Freitas & Vieira (1984) também não menciona qualquer obra de natureza metalinguística, publicada na Ilha da Madeira antes de 1835, de forma que igualmente é de considerar como testemunho que esta gramática seja a primeira obra linguística impressa na Madeira²⁸.

Apesar destes testemunhos negativos, não queremos esconder o facto de outro professor madeirense ter publicado, no ano de 1809, a seguinte obra:

“1.208 Oliveira, Francisco Manoel de. Principios elementares da lingua ingleza, methodicamente tratados para facilitar aos principiantes o verdadeiro conhecimento d'esta lingua, tão util aos portuguezes. Divididos em tres partes. Na 1.^a parte se trata das principaes regras de grammatica; na 2.^a dos exercicios, e elementos de conversação; na 3.^a das frases e idiotismos. Por. Francisco Manoel d'Oliveira, Professor Regio de Filosofia, Jubilado na Cidade do Funchal da Ilha da Madeira. Lisboa, na Impressão Regia, 1809. B.M.F. - S2; E9; P1”²⁹.

A gramática de Oliveira (1809) não se dedica às duas línguas escolares latim ou português, mas sim à língua inglesa (o que deve ter feito bastante sentido para o ensino numa Madeira ocupada e controlada por tropas inglesas no âmbito das guerras napoleónicas). Por isso, e tendo em conta que a obra foi impressa no continente, não pode, por isso ser contemplada para esta questão, independentemente de ter ou não servido para o ensino linguístico na Madeira.

Julgamos, portanto, ter comprovado que a obra intitulada *Principios da Grammatica Geral Applicada á Lingua Latina* (1835) foi a primeira gramática que, tendo sido redigida no Arquipélago da Madeira, chegou a ser impressa no Funchal.

²⁷ Cardoso (1994, 156) menciona um único exemplar que se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal, cota L. 8076 P. que serviu para a elaboração deste artigo.

²⁸ Freitas & Vieira (1984, 200) mencionam a gramática de Mendonça (1835) como item n.º 1221, referindo a existência de um exemplar com a localização S5; E1; P6 na Biblioteca Municipal do Funchal.

²⁹ *Vêja-se* também Silva (1859, II, 458) e Cardoso (1994, 211) que informa sobre a existência de dois exemplares na Biblioteca Nacional de Portugal e de um exemplar no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

3.2 Estrutura e conteúdo

A obra *Princípios da Grammatica Geral...* foi publicada na Oficina de T.S. Drummond em 1835 no Funchal, apresentando 81, rectè 79 páginas:

	páginas
[rosto]	[1]
[página em branco]	[2]
INTRODUÇÇAM.	[3]
[página em branco]	[4]
LIVRO I. D'A ETYMOLOGIA.	[5]-33
CAP. I. <i>D'a Etymologia em geral.</i>	[5]
CAP. II. <i>Dos nomes em geral.</i>	[5]
CAP. III. <i>D'os Substantivos.</i>	[5]
CAP. IV. <i>D'os Adjectivos.</i>	6-11
CAP. V. <i>Dos Accidentes d'o Nome.</i>	11-16
CAP. VI. <i>D'o Verbo.</i>	16-27
CAP. VII. <i>D'as palavras Connexivas.</i>	27-31
CAP. VIII. <i>D'outros pertendidos elementos da proposição.</i>	31-33
LIVRO 2. ^a . LIVRO 2. ^o DA SYNTAXE.	34-74
CAP. I. <i>Da Syntaxe em geral.</i>	34
CAP. II. <i>D'as relações syntaxicas.</i>	34-35
CAP. III. <i>D'a Syntaxe propriamente ditta.</i>	36-47
CAP. IV. <i>D'a Syntaxe Figurada.</i>	47-54
CAP. V. <i>D'a Construcção.</i>	54-64
CAP. VI. <i>D'o Mecanismo do Discurso</i> ³⁰ .	64-74
TABOA <i>Das Conjugações Regulares.</i>	75-81

³⁰ A paginação salta de página 63, 64 para as páginas 67, 68. Faltam, portanto, as páginas 65 e 66.

Num olhar para o índice, torna-se óbvio que a gramática possa ser denominada como ‘gramática propriamente dita’ no sentido de Kemmler (2007, 378), uma vez que contém uma “[...] descrição completa e sistemática das partes da oração”. A obra insere-se na tradição gramatical latina ao considerar apenas metade das partes da gramática consagradas pela tradição gramatical latina (*veja-se* Schäfer-Prieß 2000, 93), pois contém somente as duas primeiras partes na sequência clássica (morfologia e sintaxe; cf. Kemmler 2007, 384; Kemmler no prelo, cap. 3.3.2), sendo desconsideradas as partes da prosódia e da ortografia.

Uma das características principais da obra é a forte oscilação no uso de sinais diacríticos. Assim, os acentos grave e agudo são usados indiscriminadamente nas mesmas palavras como *è* (pág. 3) ~ *é* (pág. 5), *à* ~ *á* (pág. 10), *sò* ~ *só* (pág. 12). Do mesmo modo, o til que serve para marcar a nasalidade do ditongo nasal [ãw], costuma geralmente ser grafado no último elemento, como em *saõ* (pág.), observando-se raras ocasiões do til no primeiro elemento, como em *são* (pág. 9). Outro caso de uma tipografia bastante incoerente observa-se na ocorrência de grafias com o trêma em vez do til, como se observa em *preposições* (pág. 5) *extensaõ* (pág. 6).

3.2.1 A *Introduçãam* e a divisão das partes da gramática

Falto de um prefácio propriamente dito, a obra principia com um pequeno texto introdutório numa só página, que fornece umas breves definições da gramática e das suas partes:

“INTRODUCÇAM

Grammatica è a arte que nos ensina a analysar nossos pensamentos e enunciaìl-os.

As partes d'a grammatica são duas; uma *logica*, outra *mecanica*: a primeira ensina-nos a anályse, a segunda, a enunciaçãõ d'o pensamento.

A parte logica —ou nos dà conhecimento d'os signaes que entraõ nessa analyse, e se dis *etymologia* —ou das differentes relações que os ligaõ, e denominãmol-a *syntaxe*.

A parte mecanica ensina-nos a enunciar o pensamento —ou per meio d'a palavra fallada, e constitue a *prosodia* —ou per meio d'a palavra escripta, e è a *orthografia*.

Esta parte não entra no Systema d'o presente opusculo” (Mendonça 1835, [3]).

A definição do conceito de gramática enquadra-se dentro das definições filosóficas (orientadas peça função e não apenas por considerações normativas) no sentido de Schäfer-Prieß (2000, 106-109), e chega mesmo a assemelhar-se à definição fornecida pelo gramático e lexicógrafo António Morais Silva (1806, 9): “A Grammatica é arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras”.

No que respeita às partes da gramática observa-se em semelhança ao que se vê na maioria das gramáticas da tradição gramatical latino-portuguesa, que o nosso gramático conhece as quatro partes ‘clássicas’ da gramática, mas somente as considera como elementos das duas partes lógica e mecânica, pelo que limita a sua exposição à parte que inclui os campos da etimologia e da sintaxe. Trata-se de uma noção bastante rara na gramaticografia da língua portuguesa, uma vez que a divisão da gramática numa ‘parte mecânica’ (que contém a prosódia e a ortografia) e numa ‘parte lógica’ (que contém a etimologia e a sintaxe), parece indicar um certo parentesco ideológico com a afirmação que encontramos na Introdução da *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* Soares Barbosa (1822, VIII-IX)³¹:

“A Grammatica pois, que não he outra couza, segundo temos visto, senão a *Arte que ensina a pronunciar, escrever e falar correctamente qualquer Lingua*, tem naturalmente duas partes principaes: huma *Mechanica*, que considera as palavras como meros vocabulos e sons articulados, ja pronunciados, ja escriptos, e como taes sujeitos ás leis phisicas dos corpos sonoros e do movimento; outra *Logica*, que considera as palavras, não ja como vocabulos, mas como signaes artificiaes das ideas e suas relações, e como taes sujeitos ás leis psychologicas, que nossa alma segue no exercicio das suas operações e formação de seus pensamentos: as quaes leis sendo as mesmas em todos os homens de qualquer nação que sejam ou fossem; devem necessariamente communicar ás Linguas, pelas quaes se desenvolvem e exprimem estas operações, os mesmos principios e regras geraes, que as dirigem. A' parte *Mechanica* das Linguas e sua *Grammatica* pertencem a *Orthoepia* e a *Orthographia*, e á parte *Logica* pertencem a *Etymologia*, e a *Syntaxe*”.

Observa-se, porém, que estas ponderações não chegam a influenciar a disposição da gramática, uma vez que se divide em quatro livros que correspondem às quatro partes da gramática. O contrário sucedeu em Barbosa (1807) que somente se dedica às duas partes que correspondem à parte lógica. É na obra de Barbara Schäfer-Prieß (2000, 95) que encontramos a explicação da origem desta distinção feita por Soares Barbosa e, na sequência dele, também por Mendonça (1835): a divisão da gramática em duas partes remonta até a famosa *Grammaire Generale et Raisonnée* de Arnauld / Lancelot (1660; 1966, 26-7) que utiliza os termos ‘materiel’ (aliás sem distinguir entre prosódia e ortografia) versus ‘spirituel’.

³¹ A primeira referência a esta distinção das partes da gramática encontra-se na primeira entrada da lista de erratas, a qual serve para ser acrescentada às definições da primeira página de Barbosa (1807, XVI): “(adde) Estas quatro partes ainda se podem reduzir a duas geraes, a saber: huma *Logica*, que considera a Lingua só pel'o que tem de *Intellectual*; que he o objecto da *Etymologia* e da *Syntaxe*: e outra *Mecanica*, que só se occupa nos *Sons materiaes* da mesma, e seus *Sinaes Literaes*, que fazem objecto da *Orthoepia*, e da *Orthographia*”.

3.2.2 A etimologia e as partes da oração

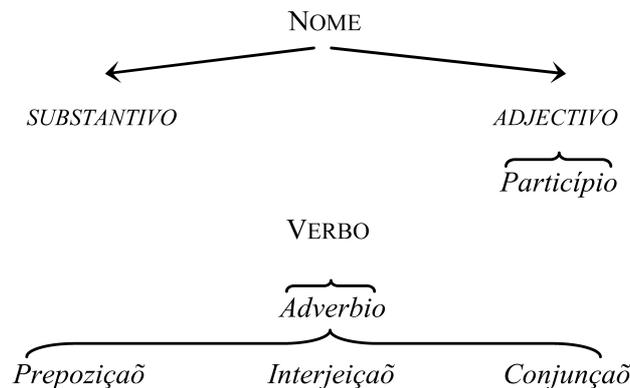
Na primeira definição do primeiro livro, Mendonça mantém-se fiel à tradição latino-portuguesa, pois considera apenas o aspeto morfológico da etimologia:

“D'a Etymologia em geral.

Etymologia è a parte secundaria d'a grammatica que nos dà conhecimento das differentes especies de palavras, sua natureza e variações segundo o aspecto porque se contemplaõ os objectos que designaõ.

A duas classes geraes se reduzem todas as palavras de uma lingua, todas as d'a lingua latina —palavras nominativas ou nomes, e palavras connexivas ou preposições. D'estas duas classes è que nos vai dar conhecimento a etymologia” (Mendonça 1835, 5).

Já na consideração do número das partes da oração, o gramático escolheu uma bipartição como não parece ter par na gramaticografia latino-portuguesa: são consideradas apenas duas partes da oração (nome e preposição), de forma que as funções das restantes classes devem ser assumidas por estas. Como fenómeno desconhecido na tradição gramatical portuguesa até então, já apresentámos a bipartição das partes da oração nas *Thezes da Grammatica Portugueza* de João Pinheiro Freire da Cunha (veja-se Kemmler 2007, 397-8). Num possível reflexo da classificação aristotélica relembra por James Harris (¹1751, ³1771) este caso considera, porém, a inclusão de todas as classes de palavras nas classes principais do nome e no verbo, conforme se vê no esquema seguinte de Kemmler (2007, 397):



Torna-se óbvio que Mendonça não só diverge desta lição, mas passa a estabelecer uma tradição aparentemente própria. Aparentemente, porque ainda não encontramos qualquer vestígio de uma bipartição semelhante quer no corpus lati-

no-franco-hispano-português que se baseia no levantamento de Schäfer-Prieß (2000, 305-331 –este levantamento considera todas as gramáticas portuguesas desde 1540 até 1822), quer noutras obras da tradição latino-portuguesa que consultámos.

3.2.2.1 O nome

Fiel representante da tradição gramaticográfica latino-portuguesa Mendonça mantém, pelo menos formalmente, a distinção do nome nas subcategorias substantivo e adjetivo, encontrando-se, portanto, ainda longe da equiparação dos termos ‘nome’ e ‘substantivo’ como sinónimos da tradição moderna (Schäfer-Prieß 2000, 145):

“Dos nomes em geral.

Nome em geral é qualquer palavra com que designâmos as ideas que temos, d'os objectos ou de suas qualidades v. g. ‘Homo justus’.

Se o nome designa idea de objecto, é substantivo; vg. ‘Homo’ se de qualidade d'este, adjectivo v.g. ‘justus’” (Mendonça 1835, 5).

Observa-se que esta definição semântica entre o objeto (ou a ‘cousa’) e a sua ‘qualidade’ se insere perfeitamente no âmbito das definições semânticas que, entre outras fontes, encontramos em Figueiredo³² e Lobato³³.

Decorrente da divisão do nome em duas partes, a definição do substantivo é a seguinte:

“Nomes substantivos designaõ ideas de objectos: ou estes existem na natureza, e os substantivos sam *proprios* vg. ‘Cicero’: ou naõ na natureza, mas só em nosso modo de comprehender, e os substantivos saõ *communis* vg. ‘Homo’” (Mendonça 1835, 5-6).

Sem considerar o critério sintático de o substantivo poder estar na frase sem o adjetivo, o gramático orienta-se pelo critério semântico ao definir que este existe materialmente como substantivo ‘proprio’ ou de forma imaterial como sub-

³² *Veja-se* Figueiredo (1765, 5): “O NOME he huma voz, com que arbitrariamente se nomeão as cousas, suas qualidades ou attributos, sem que por esta voz se exprima exercitarem-se ellas em determinado tempo, assim como *Cælum* o Ceo, *Arbor* a arvore, *Bonus* bom, *Similis* semelhante”.

³³ *Veja-se* Lobato (1770, 9): “Nome he huma voz, com que se nomeão as cousas, e as suas qualidades, assim como *Esmeralda*, que significa huma cousa; e *Verde*, que desta cousa, ou de outra semelhante significa a qualidade de ter a cor verde”.

stantivo ‘commum’³⁴. Uma divisão semelhante dos substantivos em conformidade com a sua existência física encontra-se em Silva (1806, 15):

“2. I. *Nomes*, ou *Substantivos*, com que significamos os individuos da natureza, ou da arte, v. g. *Pedro*, *casa*, *pomo*: e as qualidades de per si como *alvura*, *doçura*”³⁵.

Observa-se que Mendonça chega a misturar o conceito da subclassificação do substantivo com o facto de esta palavra se referir à ideia do objeto e não ao próprio objeto (que pertence à realidade extralinguística), conforme já tinha constatado Schäfer-Prieß (2000, 157) em relação à definição fornecida por João Crisóstomo de Couto e Melo (1818)³⁶.

A definição do adjetivo que continua a ser definido como a parte da oração que denota a ‘qualidade’ do substantivo inclui também a classe dos pronomes:

“D'os Adjectivos.

Os adjectivos todos designaõ ideas de qualidades, sejaõ éstas físicas ou moraes, sejaõ abstractas ou metafísicas³⁷: Por consequencia —todo o nome que, juncto a um substantivo, faz parte d'elle, é adjectivo.

De dõis modos pôde um adjectivo faser parte de um substantivo, — ou modificando-o em sua extenaõ [sic!] vg ‘Hic Homo’ —ou modificando-o em sua comprehensãõ vg. ‘Bonus homo’. Os adjectivos que o fasem do primeiro modo se disem articulares; os que do segundo, attributivos.

Tratarei primeiro d'êstes; depois, d'aquelles” (Mendonça 1835, 6-7).

No sentido desta definição, o autor julga que adjetivo se distingue em ‘adjectivos articulares’ (ou seja, pronomes) e ‘adjectivos attributivos’ (ou seja, adjetivos propriamente ditos, por atribuírem uma qualidade ao substantivo).

Mais adiante, encontramos a seguinte definição relativa à subcategoria que inclui o pronome:

³⁴ Deixando de lado as subclasses do substantivo comum que, p.ex. vemos enumerados em Ferreira (1819, 10): “Divide-se em *Proprio*, *Commum*, ou *Appellativo*, *Diminutivo*, *Augmentativo*, *Collectivo* e *Partitivo*”.

³⁵ Também outros gramáticos como, p. ex. Ferreira (1819, 10) definem o substantivo em dependência da existência física: “O Nome *Substantivo* he huma palavra que exprime hum objecto *físico*, ou *metafísico*”.

³⁶ Veja-se Melo (1818, 59): “2. *Vocábulo substantivo* é o sinal da ideia de substância i v. g. *omem*, *mulher*, *cavalo*, *égua*, *êrro*, *verdade*, &c.; e divide-se em *concreto* e *abstrato*”.

³⁷ Novamente, a distinção em dependência da existência física é retomada por Ferreira (1819, 17): “Os Adjectivos se dividem em *Físicos* e *Metafísicos*”.

“Dos Adjectivos articulares.

Adjectivos articulares são os que junctos a nomes communs, os determinam a significar individuos: vg. ‘*Hic homo*’.

Ora, uns o fazem per meio de numeros ou quantidades mais ou menos exactas, outros, qualificando-os: os primeiros são articulares *de quantidade*; os segundos, *de qualidade*” (Mendonça 1835, 9).

A origem destas distinções assemelha-se de certa forma do que observamos em Silva (1806) que, num óbvio reflexo da *Grammaire Générale* (já constatado por Schäfer-Prieß 2000, 165), apresenta estas duas partes do adjetivo com as respectivas definições³⁸:

“3. II. Os *Adjectivos Articulares*, que ajuntamos aos nomes, para determinarem a extensão individual, a que se applica um nome commum, v. g. o *homem*, falando dos individuos da especie humana; *este* homem, *aquella* casa, *um* pomo, *toda* pessoa, *nenhũ* homem, &c.

4. III. Os *Adjectivos Attributivos*, que ajuntamos aos nomes, para significar os attributos, propriedades, qualidades, e accidentes das coisas v. g. homem *bom*, fruta *doce*, seda *azul*, homem *moral*, &c.” (Silva 1806, 15).

Torna-se óbvio que Mendonça não terá somente aproveitado a distinção do adjetivo nas duas subclasses, conforme proposta por Morais, mas também dois dos exemplos, nomeadamente ‘*Hic Homo*’, ‘*Bonus homo*’ face aos exemplos portugueses ‘*este* homem’, ‘homem *bom*’.

3.2.2.2 O Verbo

Se bem que esta classe não seja considerada como sendo uma parte da oração propriamente dita, o nosso gramático passa a ocupar-se dele logo a seguir aos capítulos dedicados ao nome, as suas subcategorias e as suas características morfológicas:

“D'o Verbo.

Verbo è a palavra per excellencia: assim denominâmos o attributivo per meio do qual enunciamos a existencia real ou abstracta d'o sujeito d'a proposição” (Mendonça 1835, 16).

³⁸ Também Soares Barbosa (1807, 23) estabelece uma distinção semelhante entre 'adjetivos explicativos' / 'adjetivos restrictivos' (isto é, adjetivos propriamente ditos) e 'adjetivos determinativos' (isto é, os pronomes adjetivais e o artigo; veja-se Schäfer-Prieß 2000, 165).

A primeira parte da definição leva logo ao que Schäfer-Prieß (2000, 193) classifica como ‘lugar comum’ (*Gemeinplatz*): trata-se da descrição do verbo como ‘palavra por excellencia’ que remonta claramente à descrição fornecida por Nicolas Beauzée:

“L’idée de l’existence intellectuelle d’un sujet avec relation à un attribut est donc, non seulement le caractère distinctif du Verbe, mais encore ce qui en fait, entre tous les mots, le *Mot* par excellence, *Verbum*” (Beauzée 1767, I, 395).

Observamos, no entanto, que a noção da existência, quer real, quer abstrata, é um trato que se encontra não somente se encontra nas obras anteriores de Couto e Melo³⁹ e de António Leite Ribeiro (1819)⁴⁰, mas ainda mais dedicadamente em Ferreira (1818, 28), como pertinentemente indicou Schäfer-Prieß (2000, 192):

“O *Verbo* he huma palavra, que exprime existencia, seja abstractamente e em geral, como: *Ser*, seja particular e determinadamente, como: *Amar*, *Defender* &c. Se eu disser, por exemplo, *João he sabio*, mostro que *João* existe com a qualidade de *sabio*; e dizendo, *João ama*, mostro que *João* existe *amante*, isto he, com a qualidade de *amar*” (Ferreira 1818, 28).

Se bem que Mendonça pareça retomar a noção da existência abstrata ou real que encontramos em Ferreira, podemos constatar que opta por ser mais claro e mais explícito, ao esclarecer que o verbo serve para exprimir a existência do sujeito da frase (e não a existência como tal).

3.2.2.3 As palavras conexas

A segunda parte da oração é para Mendonça a classe das palavras conexas que reúne as subcategorias das ‘preposições propriamente ditas’ e das ‘conjunções’:

“D’as palavras Connexas.

A segunda classe de palavras a que naturalmente sereduz o vocabulario de uma lingua, è a d’as palavras connexas ou preposições.

³⁹ Veja-se Melo (1818, 60): “6. *Vocabulo verbo é o sinal da ideia de coexistência de substância e d’adjunto: v. g. é na frase Deos é justo; e ama em António ama*”.

⁴⁰ Veja-se Ribeiro (1819, 88): “HE o *Verbo* huma palavra, que por excellencia, e extensão de suas qualidades he a unica, que tem a propriedade de manifestar não somente a maneira, e a fórma de nossos pensamentos, mas tambem os diferentes respeitos relativamente ao tempo da sua execução; o seu principal officio he exprimir, e significar a existencia”.

E'tas significaõ relaçoẽs —ou de palavras como signaes de ideas —ou de proposiçoẽs como signaes de juisos: se d'o primeiro modo, chamaõ-se, preposiçoẽs propriamente dittas, se d'osegundo, conjunçoẽs” (Mendonça 1835, 27).

A justificaço da inclusõ das preposiçoẽs e das conjunçoẽs na mesma classe de palavras faz-se com base no mesmo critério relacional (no sentido de Schäfer-Prieß 2000, 125): ao passo que a preposiçoõ indica relaçoẽs entre palavras, a conjunçoõ terá um papel semelhante na entre frases. Com a classificaço pelo termo de ‘correlaçoẽs’ em vez de ‘connexivas’, encontramos um agrupamento semelhante em Silva (1806):

“11. Significamos os objectos com os *Nomes e Adjectivos d'attributos*; o que pensamos, ou julgamos, e queremos com os *verbos*; as correlaçoẽs entre as coisas, com as *Preposiçoẽs*; as correlaçoẽs d'entre os juizos, ou sentenças, com as *conjunçoẽs*” (Silva 1806, 17).

Face à inclusõ das preposiçoẽs e das conjunçoẽs na categoria denominada ‘correlaçoẽs’, Schäfer-Prieß (2000, 143) conclui de forma muito pertinente que o sistema das partes da oraçoõ de Silva parece lembrar o sistema tripartido do Brocense⁴¹, o que, aliás, também se observa na gramática de Mendonça.

Na definiçoõ própria da subcategoria da preposiçoõ, o gramático fornece a seguinte explicaçoõ:

“D'as Preposiçoẽs propriamente dittas.

Preposiçoõ è qualquer palavra ou fracçoã d'ella, per meio d'a qual significãmos certas d'as relaçoẽs per que os vocabulos se ligaõ em proposiçoã como signaes de nossas ideas. vg. ‘Eo in Romam.’ Digo ‘certas’, por que muitas relaçoẽs ha que não são significadas per preposiçoẽs, mas pelo genero, número, caso e apposiçoã n'os nomes; variaçoẽs pessoaes e numeraes no verbo” (Mendonça 1835, 27).

Torna-se óbvio que a explicaçoõ de ‘muitas relaçoẽs’ não se servirem de preposiçoẽs, mas sim de meios morfológicos da declinaçoõ nominal, é uma concessõ à caraterística de gramática latina que, afinal, também é propria da obra de Mendonça.

Em coerência com o exposto na definiçoõ anterior, as conjunçoẽs são definidas da seguinte maneira em ligaçoõ ao conceito das frases ou ‘proposiçoẽs’:

⁴¹ *Veja-se* Schäfer-Prieß (2000, 243): “Als Ausdruck des logischen Urteils sieht Silva nur das Verb. Präposition und Konjunktion fallen in eine Kategorie *correlaçoẽs*, womit Silvas Schema wieder stark an das Dreiersystem Sanctius' erinnert”.

“D’as Conjuncções.

Conjuncção è a palavra per meio d’a qual significâmos as relações d’as proposições no discurso, como signaes de nossos juisos: vg. ‘Innoxius pereoo, sed ignosco’” (Mendonça 1835, 29)

Conforme se observa em Schäfer-Prieß (2000, 218-22), esta definição relacional insere-se dentro daquilo que conhecemos da gramaticografia contemporânea, como, por exemplo, em Silva e Barbosa:

“8. VII. As *Conjuncções*, ou palavras, que indicão as correlações das sentenças, e as atão entre si, v. g. Pedro é intrepido, *mas* é imprudente; João não foi lá, *nem* Francisco: Pedro, e João são amaveis” (Silva 1806, 16).

“A *Conjuncção*, como o mesmo nome está dizendo, he a terceira parte Conjunctiva da Oração, que attã, e ordena entre si as Orações, para fazerem hum corpo de periodo, e de discurso” (Barbosa 1807, 129).

Mesmo que a terminologia seja divergente, podemos observar uma proximidade das definições relacionais dos gramáticos anteriores, cuja orientação ideológica Schäfer-Prieß (2000, 221) identifica nos reflexos modernos da definição de Donato (“*Coniunctio quid est? Pars orationis adnectens ordinansque sententiam*”, cf. Schönberger 2008, 116), que no século XVII foi retomada pela *Grammaire Générale* francesa.

3.2.2.4 As outras partes da oração

Quanto às restantes partes da oração, o juízo do nosso gramático é bastante sumário, uma vez que considera que não sejam necessárias estas categorias:

“D’outros pertendidos elementos da proposição

A fôra as duas classes de palavras a que temos redusido todo o vocabulario de uma lingua, todo o da lingua latina -nomes e preposições; grammaticos há que distinguem mais duas -adverbios e interjeições.

Determinemos as ideias de cada uma destas entidades; de prompto nos convenceremos da ociosidade de tal distincção” (Mendonça 1835, 31).

Para justificar a sua posição relativa aos advérbios a às interjeições, Mendonça dedica umas breves observações a estas classes de palavras.

No ideário do gramático madeirense, o advérbio carece do estatuto de parte de oração independente porque pode ser parafraseado através do uso de uma preposição:

“D'o Adverbio

Adverbio è uma locução elyptica que equivale a uma preposição com um nome, designando ordinariamente uma relação de ‘circunstancia’⁴². Nesta frase — ‘Cesar fortiter pugnavit,’ o adverbio fortiter equivale a —cum fortitudine.

Por tanto, ou se considere o adverbio como nome ou como preposição, elle não é um elemento, simples —è uma locução composta, e ahí estão as classes a que pertence cada qual de seus componentes” (Mendonça 1835, 32).

No sentido desta explicação, o advérbio deve forçosamente ser encarado como uma construção analítica de preposição e substantivo. Numa óbvia retoma da *Grammaire Générale* francesa⁴³ encontramos uma constatação semelhante em Soares Barbosa (1807, 126):

“*Adverbio* nam he outra couza mais do que huma *Redução* ou *expressão abbreviada da Preposição com seo consequente em huma só palavra indeclinavel*: e chama-se assim; porque como a *Preposição com seo consequente* sempre se ajunta a huma palavra (*verbum*) antecedente, ou seguinte para a modificar; o mesmo faz o *Adverbio*, que não he huma parte da oração differente da *Preposição*, e do *Nome*; mas hum composto de ambas. Quer eu diga: *Obrar com prudência*, quer adverbialmente *Obrar prudentemente* (*Prudenter facere*); he o mesmo” (Barbosa 1807, 126)⁴⁴.

Apesar de coincidir a argumentação, é de constatar que tanto os gramáticos franceses como o gramático português não chegam à mesma conclusão como Mendonça, pois não chegam a excluir o advérbio do número das partes da oração.

A exclusão da interjeição das partes da oração é justificada da seguinte maneira:

“D'a Interjeição

Interjeição é a palavra mais ou menos inarticulada, per meio da qual exprimimos sentimentos e paixões da alma, — palavra que equivale a proposições inteiras. Ah! proferido per pessoa

⁴² Se bem que a definição do advérbio através do conceito da 'circunstancia' não seja um traço não muito comum na gramaticografia latino-portuguesa, observa-se dentro de algumas obras, como, p.ex., Figueiredo (1765, 188): “O Adverbio he huma voz indeclinavel de significação arbitrária, que junta ao verbo ou nome exprime o modo ou circumstancia da significação de hum, ou outro: como quando dizem: Valde eruditus, muito erudito; Lente incedis, andas de vagar”.

⁴³ Veja-se Arnault & Lancelot (1966, 93): “LE désir que les hommes ont d'abreger le discours est ce qui a donné lieu aux adverbes. Car la pluspart de ces particules ne sont que pour signifier en vn seul mot, ce qu'on ne pourroit marquer que par vne preposition & vn nom: comme sapienter, sagement; pour cum sapientia, avec sagesse: hodie pour in hoc die, aujourd'huy”.

⁴⁴ A maioria deste texto é retomada em Barbosa (1822, 334). Veja-se, com uma argumentação semelhante, Ferreira (1818, 104): “Rigorosamente he hum composto de huma preposição e de seu complemento, pois tanto vale dizer *obrar com prudencia*, como: *obrar prudentemente*”.

que tõe fome, á vista de um bello fructo, importa todo este discurso: ”Tenho fome: eis ahi um fructo! quem me dera colhêl-o!

Vê-se pois que as palavras desta ordem não são d'o fôro da Grammatica, por que não analysaõ o pensamento. Sendo, como são, signaes da linguagem de acção, não fazem parte do systema actual das linguas, não são elemento da proposição. A' paixãõ cumpre ensinar-nos o quando e onde cumpre emittil as; a grammatica não tõe que legislar acerca d'ellas” (Mendonça 1835, 33).

Com a exclusão da interjeição das partes da oração Mendonça recusa que estas tenham qualquer pertinência no campo da gramática. O nosso gramático distancia-se desta forma dos demais gramáticos da tradição gramatical latino-portuguesa⁴⁵. É precisamente neste sentido que o gramático parece alinhar-se com o Brocense (²1587) que já em finais do século XVI excluiu a interjeição do grupo das partes da oração:

“*Interjectionem* non esse partem orationis, sic ostendo: Quod naturale est, idem est apud omnes: sed gemitus & signa lætitiæ idem sunt apud omnes: sunt igitur naturales. Si vero naturales, non sunt partes orationis. Nam eæ partes, secundum Aristotelem, *ex instituto, non natura*, debent constare” (Sánchez de las Brozas 1760, 16).

4. Conclusão

Como reflexo da *Grammaire générale* francesa em Portugal, os *Principios de Grammatica Geral applicados á Lingua Latina* do professor madeirense Marceliano Ribeiro de Mendonça é duplamente digna de nota, pois julgamos tratar-se ainda da primeira gramática impressa na ilha da Madeira, tendo sido redigida e impressa no arquipélago numa época em que a imprensa ainda estava em fase de emancipação do continente.

Como afirma o título da obra, é inegável tratar-se de uma gramática resumida da língua latina. No entanto, deve-se constatar que esta gramática, escrita numa linguagem portuguesa bastante acessível, também terá servido para fortalecer as noções gramaticais de língua portuguesa dos alunos –e parece ter servido como base para gramáticas puramente portuguesas como a de Pestana (1849) e, presumivelmente, Andrade (1844).

Mas o paralelo com a gramática portuguesa não reside meramente no uso da língua portuguesa ao longo da obra. Foi logo no início do nosso breve estudo das principais definições introdutórias que pudemos verificar que a divisão da gramática nas partes ‘lógica’ e ‘mechanica’ coincide não só com a nomenclatura de

⁴⁵ Schäfer-Prieß (2000, 226) até releva a grande concordância dos gramáticos no que respeita à definição da interjeição: “Bei keiner anderen Wortart herrscht eine so große Übereinstimmung zwischen den Autoren”.

Barbosa (1807), mas também com a própria divisão da gramática. Se bem que nem sempre sejam tangíveis influências diretas, uma influência parcial da gramática latino-portuguesa de Soares Barbosa vai-se notando ao longo das definições das partes da oração, ficando, porém, mais evidente no tratamento do advérbio. De forma semelhante, mas algo reduzida, julgamos poder identificar coincidências pontuais com os raciocínios expostos nas gramáticas latinas de Sánchez de las Brozas (1760) e Figueiredo (1752/53; 1765), bem como nas gramáticas portuguesas de Morais Silva (1806) e de Ferreira (1819).

Onde parece que Marceliano Ribeiro de Mendonça se assemelha de qualquer um dos gramáticos anteriores, fica, porém, sempre patente, que o gramático nunca chegou a limitar-se a copiar aqueles textos (como, convém recordar, costumavam fazer muitos dos gramaticógrafos da sua época). Neste sentido, o texto da gramática deixa transparecer claramente que o autor ponderou a matéria pelo menos de algumas das gramáticas portuguesas e latinas, ora aceitando alguns conceitos, ora rejeitando outros, ora cogitando soluções inteiramente próprias e independentes de qualquer antecedente, como acontece com a bipartição das partes da oração.

Digno representante das gramáticas escolares da primeira metade do século XIX, a obra intitulada *Princípios de Grammatica Geral applicados á Lingua Latina* reúne, portanto, aspetos inovadores e aspetos tradicionais da gramaticografia latina e portuguesa, merecendo, por isso, um lugar dentro da historiografia gramatical latino-portuguesa.

5. Referências bibliográficas

- 1805, junho 28 – Funchal, *Assento de batismo de Marceliano Ribeiro de Mendonça*, Arquivo Regional do Funchal, Registos Paroquiais, Concelho do Funchal, Freguesia da Sé, Registos de batismos, Livro 33 (1798-1819), fólio 116r.
- 1835, fevereiro 28 – Funchal, *Assento de casamento de Marceliano Ribeiro de Mendonça e D. Margardia Augusta Úzel*, Arquivo Regional do Funchal, Registos Paroquiais, Concelho do Funchal, Freguesia de Santa Luzia, Registos de casamentos, Livro 164 (1828-1845), fólios 34v–35r.
- 1866, agosto 5 – Funchal, *Assento de óbito de Marceliano Ribeiro de Mendonça*, Arquivo Regional do Funchal, Registos Paroquiais, Concelho do Funchal, Freguesia de Santa Luzia, Registos de óbitos, Livro 1438 (1866), fólio 18r.
- Adão, Áurea. 1997. *Estado absoluto e ensino das primeiras letras: As escolas régias (1772-1794)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Textos de Educação).
- Álvares, Manuel. 1972. *Gramática Latina: Fac-símile da edição de 1572*, com introdução do Dr. J[osé] Pereira da Costa. Funchal: Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- Andrade, Adriano da Guerra. 1999. *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa.

- Andrade, Francisco de. 1844. *Principios de grammatica portugueza, coordenados por F. de Andrade Junior*. Funchal: Typographia Nacional⁴⁶.
- Arnauld, Antoine & Lancelot, Claude. 1966. *Grammaire générale et raisonnée ou La Grammaire de Port-Royal*, Edition critique présentée par Herbert E. Brekle, Nouvelle impression en facsimilé de la troisième édition de 1676. Stuttgart-Bad Cannstatt: Friedrich Frommann Verlag (Günter Holzboog).
- Barbosa, Jerónimo Soares. ¹1807. *As duas Linguas, / ou / Grammatica / Philosophica / da / Lingua Portugueza, / comparada / com a / Latina, / Para / Ambas se aprenderem ao / mesmo tempo. / Por / Jeronymo Soares Barboza, / Deputado da Junta da Directoria Geral dos / Estudos, e Escolas do Reino na / Universidade de Coimbra // Coimbra / Na Real Impressão da Universidade*.
- B[arbosa], J[erónimo] S[oaress]. ¹1822. *GRAMMATICA / PHILOSOPHICA / da / LINGUA PORTUGUEZA, / ou / PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL / APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM. / Por J. S. B. / Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos, e Es- / colas do Reino em a Universidade de Coimbra // Lisboa: / Na Typographia da Academia das Sciencias. / 1822*.
- Beauzée, Nicolas.¹1767. *GRAMMAIRE / GÉNÉRALE, / ou / EXPOSITION RAISONNÉE / DES ÉLÉMENTS NÉCESSAIRES / DU LANGAGE, / Pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues. / Par M. Beauzée de la Société royale des sciences / et arts de Metz, des Sociétés littéraires d'Arras / et d'Auxerre, professeur de Grammaire à l'Ecole / royale militaire / TOME PREMIER / A PARIS, / De l'imprimerie de J. Barbou, rue & vis-à-vis / la grille des Mathurins. / M DCC LXVII. [TOME SECOND com as mesmas referências bibliográficas]*
- Branco, Alfredo de Freitas [= Porto da Cruz, Visconde do]. s. d. *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira: II Volume, 2.º Período – 1820-1910*. Funchal: Edição da Câmara Municipal do Funchal. Em: http://www.bprmadeira.org/imagens/documentos/File/bprdigital/ebooks/Historia_Litvol_II.pdf (última consulta: 9 de fevereiro de 2010).
- Cardoso, Simão. 1994. *Historiografia Gramatical (1500-1920): Língua Portuguesa - Autores Portugueses*. Porto: Faculdade de Letras do Porto (= Revista da Faculdade de Letras, Série Línguas e Literaturas, anexo 7).
- CONSCVV. s.d. (= “Cavaleiros da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.”) Em: http://www.geneall.net/P/tit_page.php?id=25144 (última consulta: 25 de março de 2010).
- Cortes. 1888. (= *Documentos para a História das Cortes Geraes da Nação Portuguesa: Coordenação auctorizada pela Camara dos Senhores Deputados, Tomo V, Anno de 1828*). Lisboa: Imprensa Nacional.
- CSIP. 1855. (= Conselho Superior de Instrução Pública (1855): “Instrucções para os commissarios dos estudos.”) Em: *O Instituto* 3, 146-7.
- CSIP. 1857. (= Conselho Superior de Instrução Pública (1857): “Relatorio Annual: 1854-1855.”) Em: *O Instituto* 5, 193-6, 205-8, 218-21.
- D'Orsey, Alexander James Donald & Mendonça, Marceliano Ribeiro de. 1859. *Grammatica prática de portuguez e inglez*. Lisboa: Imprensa Nacional⁴⁷.

⁴⁶ Infelizmente ainda não conseguimos ter acesso a nenhum exemplar da obra, da qual consta existir um exemplar na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a cota R 162.

⁴⁷ Veja-se Cardoso (1994, 211). Consta existir um exemplar na Biblioteca Nacional de Portugal com a cota L. 645 V. que ainda não conseguimos consultar.

- D'Orsey, Alexander James Donald. ¹1860. *A PRACTICAL GRAMMAR / of / PORTUGUESE AND ENGLISH: / exhibiting, in a series of exercises in double / translation, / The Idiomatic Structure of both Languages, / as now written and spoken, / ADAPTED TO OHLENDORFF'S SYSTEM. / by the / REV. ALEX. J. D. D'ORSEY, B.D. / fellow-commoner of the corpus-christi college, cambridge, / chaplain to the bishop of gibraltar, late chaplain in madeira, and / formerly master in the high school in glasgow. // LONDON: / TRÜBNER AND CO., 60, PATERNOSTER ROW. / 1860.*
- Ferreira, Francisco Soares. 1819. *ELEMENTOS / de / GRAMMATICA PORTUGUEZA, / ordenados / SEGUNDO A DOCTRINA DOS MELHORES / GRAMMATICOS / PARA APLANAR Á MOCIDADE O ESTUDO DA / SUA LINGUA. / por / FRANCISCO SOARES FERREIRA / Professor de Primeiras Letras na Cidade / do Porto. / LISBOA: / NA IMPRESSÃO REGIA. / anno 1819. / Com Licença.*
- Ferreira, Lúcia. 2010. "A alfabetização e a polémica do método de Castilho nas páginas d'O Instituto." Em: <http://instituto-de-coimbra.blogspot.com/2010/01/alfabetizacao-e-polemica-do-metodo-de.html> (última consulta: 23 de março de 2010).
- [Figueiredo], António Pereira [de]. ⁵1765. *NOVO / methodo / da / grAMMATICA LATINA; / DIVIDIDO EM DUAS PARTES; / Para o uso dos Mestres das Escolas da Con- / gregação do Oratorio, / SEU AUTHOR / ANTONIO PEREIRA, / Padre da mesma Congregação de Lisboa. / QUINTA IMPRESSÃO. // Lisboa, / Na Officina de Miguel Manescal da Costa, / Impressor do Santo Officio. / Anno M. DCC. LXXV. / Com as licenças necessarias, e Privilegio Real.*
- Fonseca, Francisco Bêlard da. 1955. *A Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- Freitas, António Aragão de & Vieira, Gilda França. 1981. *Madeira: Investigação Bibliográfica: Volume I, Catálogo Onomástico*. Funchal: Centro de Apoio de Ciências Históricas.
- Freitas, António Aragão de & Vieira, Gilda França. 1984. *Madeira: Investigação Bibliográfica: Volume II, Catálogo por Assuntos*. Funchal: Centro de Apoio de Ciências Históricas.
- GEPB. s.d. (= *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 volumes). Lisboa & Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédica.
- Geneall.net. s.d. (= www.geneall.net/P/) (última consulta: 25 de março de 2010).
- Kemmler, Rolf. 1996. "Esboço para uma História da Ortografia Portuguesa: O texto metaortográfico e a periodização da ortografia do século XVI até aos prelúdios da primeira reforma ortográfica de 1911." Em: *Magisterarbeit im Fach Romanische Philologie I (Portugiesisch)*, vorgelegt an der Neuphilologischen Fakultät der Eberhard-Karls-Universität Tübingen, Prof. Dr. Brigitte Schlieben-Lange, im März 1996.
- Kemmler, Rolf. 2001. "Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911." Em: *Lusorama* 47-8 (Oktober), 128-319.
- Kemmler, Rolf. 2007. *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea (Beihefte zu *Lusorama*; 1. Reihe, 12. Band).
- Kemmler, Rolf. 2010. "O *Compendio de grammatica latina e portugueza* (1829) de José Vicente Gomes de Moura (1769-1854)." Em: Assunção, Carlos da Costa & Fernandes, Gonçalo & Loureiro, Marlene (eds.) *Ideias Linguísticas na Península Ibérica (séc. XV a séc. XIX): Projeção da linguística ibérica na América Latina, África, Ásia e Oceânia*. Münster: Nodus Publikationen, 469-81.
- Lobato, António José dos Reis. ¹1770. *Arte / da Grammatica / da Lingua / Portuguesa. / composta, e offerecida / ao Ill.mo e Exc.mo Senhor / Sebastião José / de Carvalho e Mello, /*

- Ministro, e Secretario de Estado da Sua Magestade Fidelissima da / Repartição dos Negocios do Reino, Alcáide Mór da Cidade de / Lamego, e Senhor Donatario das Villas de Oeyras, Pombal, / Carvalho, e Cercosa, e dos Reguengos, e Direitos Reaes da / de Oeyras, e de Apar de Oeyras, Commendador das Com- / mendas de Santa Marinha de Mata de Lobos, e de S. / Miguel das tres Minas na Ordem de Christo, &c. / pelo Bacharel / antonio jose' dos reis / lobato. // Lisboa. / Na REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA / Anno mdccLXX. / Com licença da Real Meza Censoria.
- Melo, João Crisóstomo de Couto e. 1818. *GRAMMATICA FILOSÓFICA / da / LINGUAGEM PORTUGUÊZA / composta e offerecida / A EL REI NOSSO SENHÔR / por / JOÃO CRISÓSTOMO DO COUTO E MELO.* / Floreça, fale, cante, ouça-se e viva / A Portuguêsa Lingua. / Ferreira. Liv. 1.º Cart. 3.ª // LISBÔA: / NA IMPRESSÃO RÉGIA. / anno 1818. / Com Licença.
- M[endonça], M[arceliano] R[ibeiro de]. 1835. *PRINCIPIOS / DE / GRAMMATICA GERAL / applicados / a / LINGUA LATINA / por / M. R. M.* // Funchal. / Anno de 1835. / na officina de t. s. drummond. / Com Licença da Comissão de Cençura.
- Mendonça, Marceliano Ribeiro de. 1856a. “Sobre o estado presente da instrucção pública e particular do Districto administrativo do Funchal em março de 1855.” Em: *O Instituto* 4, 91-2, 101-4, 113-6, 125-7.
- Mendonça, Marceliano Ribeiro de. 1856b. “Methodo do ensino parallelo da escripta e leitura.” Em: *O Instituto* 4, 243-7, 253-5, 268-70.
- Mendonça, Marceliano Ribeiro de. 1857. “Relatorio: Do commissario dos estudos do districto administrativo do Funchal, em 22 de outubro de 1856.” Em: *O Instituto* 5, 2-5, 13-6, 25-7.
- Mendonça, Marceliano Ribeiro de. 1858. “Relatorio: Do commissario dos estudos do districto administrativo do Funchal de 1855-1856.” Em: *O Instituto* 6, 193-6, 217-9.
- Mendonça, Marceliano Ribeiro de. 1859a. “Relatorio: Do commissario dos estudos do districto administrativo do Funchal, 1857-1858.” Em: *O Instituto* 7, 253-7, 269-73⁴⁸.
- Mendonça, Marceliano Ribeiro de. 1859b. *Regulamento interno das escholas d'ensino simultaneo do districto do Funchal, provisoriamente estabelecido por provimento do respectivo Commissario dos Estudos Marcelliano Ribeiro de Mendonça.* Funchal: Na Typ. Nacional⁴⁹.
- Mendonça, Marceliano Ribeiro de. 1861. “O presente nas ideias e nos factos.” Em: *O Instituto* 9, 163-5.
- Moniz, Jaime Constantino. 1860. “Um livro pouco conhecido, e outro inedito.” Em: *O Instituto* 8, 60-1.
- Moura, José Vicente Gomes de. ²1831. *Compendio de Grammatica Latina e Portugueza, approvado pela resolução de Sua Magestade de 23 de Janeiro de 1829.* Segunda Edição, correctea e augmentada. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade.
- P[estana], D[aniel] F[erreira]. 1849. *PRINCIPIOS / de / GRAMMATICA GERAL / Applicados / á / LINGUA PORTUGUEZA. / Publicados e offerecidos / á / MOCIDADE DE GOA / por / D. F. P.* // Nova-Goa / na Imprensa nacional. / 1849.

⁴⁸ Uma vez que o relatório data de 10 de outubro de 1857, julgamos que a indicação dos anos '1857-1858' no título seja um erro. Este erro foi, aliás, corrigido na continuação em Mendonça (1859, 269).

⁴⁹ Trata-se de um opúsculo de 46 páginas. Consta que existe um exemplar na Biblioteca Nacional de Portugal com a cota S.C. 10663//6 P. que ainda não conseguimos consultar.

- Relação*. 1855. (= “Relação Nominal dos Socios Honorarios, Effectivos e Correspondentes do Instituto de Coimbra.”) Em: *O Instituto* 3, 240-3.
- Resenha*. 1908. (= *Resenha Chronologica do Jornalismo Madeirense*, Funchal: Typ. do “Diario de Noticias”, 1908). Em: <http://bmfunchal.blogs.sapo.pt/24156.html> (última consulta: 19 de março de 2010).
- RGM. 1836a. (= 1836, Fevereiro 29 – Lisboa, *Portaria de Nomeação de Marceliano Ribeiro de Mendonça como Professor proprietário da Cadeira de Gramática Latina na cidade do Funchal, com ordenado de 18\$000 rs anuais*, ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Maria II, livro 6, fol. 99v). Em: <http://ttonline.dgarq.gov.pt>, Pesquisas (última consulta: 8 de abril de 2010).
- RGM. 1836b (= 1836, Fevereiro 29 – Lisboa, *Portaria de Nomeação de Marceliano Ribeiro de Mendonça como Professor proprietário da Cadeira de Gramática Latina na cidade do Funchal, com ordenado de 18\$000 rs anuais*, ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Maria II, livro 6, fol. 99v). Em: <http://ttonline.dgarq.gov.pt>, Pesquisas (última consulta: 8 de abril de 2010).
- RGM. 1838. (= 1836, Fevereiro 5 – Lisboa, *Carta de Nomeação de Daniel Justiniano Ferreira Pestana como Guarda dos Armazéns da Alfândega da cidade do Funchal*, ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Maria II, livro 8, fol. 202-3). Em: <http://ttonline.dgarq.gov.pt>, Pesquisas (última consulta: 8 de abril de 2010).
- RGM. 1843. (= 1843, Maio 9 – Lisboa, *Carta de Nomeação de Daniel Justiniano Ferreira Pestana como Porteiro da Alfândega do Funchal*, ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Maria II, livro 21, fol. 27). Em: <http://ttonline.dgarq.gov.pt>, Pesquisas (última consulta: 8 de abril de 2010).
- Ribeiro, Antonio Leite. 1819. *THEORIA DO DISCURSO / Applicada á Lingoa Portugueza; em que se / mostra a estreita relação, e mutua depen- / dencia das quatro Sciencias intellectuaes, a / saber Ideologia, Grammatica, Logica, e Rhetorica. / offerecida / A SUA ALTEZA / O SERENISSIMO SENHOR / D. PEDRO D’ALCANTARA, / PRINCIPE R. DO REINO-UNIDO / de / PORTUGAL, BRAZIL, E ALGARVES, / por / ANTONIO LEITE RIBEIRO, / Professor de Philosophia Racional, e Moral, / de Historia Universal, e de Geografia / do Real Collegio Militar. // LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA. Anno 1819. / Com Licença.*
- Rodrigues, José Joaquim. 1950. *Catálogo Bibliográfico do Arquipélago da Madeira*. Funchal: Edição da Câmara Municipal do Funchal.
- Sánchez de las Brozas, Francisco. 1760. *FRANC. SANCTII. / BROCENSIS, / In Inclyta Salmanticensi Academia Primarii / Rhetorices & Gracae Linguae Doctoris, / MINERVA, / seu / DE CAUSIS LINGUÆ / LATINÆ / COMMENTARIUS, / Cui inserta sunt, uncis inclusa, / quæ addidit / GASP. SCIOPPIUS; / Et subjectæ suis paginis Notæ / JAC. PERIZONII. / EDITIO NOVA, / Jussu Regis fidelissimimi Josephi I. // ULYSSIPONE. / M. DCC. LX.*
- Schäfer-Prieß, Barbara. 2000. *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag (= Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie, Band 300).
- Schäfer-Prieß, Barbara. no prelo. *A Gramaticografia Portuguesa de 1540 até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*, Tradução de Jaime Ferreira da Silva, revista e atualizada pela autora.
- Schönberger, Axel. 2008. *Die Ars minor des Aelius Donatus: Lateinischer Text und kommentierte deutsche Übersetzung einer antiken Elementargrammatik aus dem 4. Jahrhundert*. Frankfurt am Main: Valentia (= Bibliotheca Romanica et Latina, 6).
- Sentença*. 1823. (= *Sentença Proferida contra os Réos comprehendidos na Devassa da Alçada, que Sua Magestade Foi Servido Mandar á Ilha da Madeira*). Lisboa: Na Impressão Régia.

- Silva, António de Morais. ¹1806. *EPITOME / da / GRAMMATICA / da / LINGUA / PORTUGUEZA, / COMPOSTA / por / ANTONIO DE MORAES SILVA, / Natural do Rio de Janeiro. // LISBOA. M. DCCCVI. / NA OFF. DE SIMÃO THADDEO FERREIRA. / Com licença da Meza do Desembargo do Paço. / Vende-se na loja de Borel Borel, e Companhia.*
- Silva, Fernando Augusto da & Meneses, Carlos de Azevedo de. 1978. *Elucidário madeirense*, 3 volumes. Funchal: Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- Silva, Inocêncio Francisco da. 1858-1958. *Dicionário Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*; [a partir do vol. IX: *continuado e ampliado por Brito Aranha*], 23 vols. Lisboa: Na Imprensa Nacional (= s.d. Obra reeditada em reprodução fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda)⁵⁰.
- [Sousa, Joaquim] A[lves de]. 1855. “A instrucção primaria no Districto do Funchal.” Em: *O Instituto* 3, 273-4⁵¹.
- Sousa, Jorge Moreira de. 2007. “O Liceu Jaime Moniz.” Em: *Lyceu: Tradição e Modernidade* 15 (Setembro-Dezembro), 18-41. Em: http://issuu.com/olyceu/docs/revista_1p_2007_08 (última consulta: 22 de março de 2010).

UTAD

Departamento de Letras, Artes e Comunicação
Centro de Estudo em Letras
P-5001-801 Vila Real

Rolf Kemmler
kemmler@utad.pt

⁵⁰ Visto tratar-se de uma obra fac-similada com a paginação do original e sendo todo o conjunto conhecido pelo nome genérico de “Inocêncio”, prescinde-se de fazer menção aos volumes elaborados por Venceslau Brito Aranha (vols. IX-XXII) ou Ernesto Soares (vol. XXIII), citando-se p. ex. como “Silva (1858, I)” ou Silva (1958, XXIII).

⁵¹ O Artigo encontra-se assinado somente com 'A'. Dado que os artigos da maioria dos elementos da direção do *Instituto* se encontram abreviadas com uma só letra (como, p. ex., 'N' para o presidente 'Francisco José Duarte Nazareth' ou 'M' para o tesoureiro 'José Ferreira de Macedo Pinto'), julgamos ser lícito concluir que esta abreviatura se refira ao Secretário 'Joaquim Alves de Sousa'.